



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 29 de Maio de 2009 (05.06)  
(OR. en)**

**10400/09**

**COPEN 101  
EJN 31  
EUROJUST 33**

**NOTA DE ENVIO**

---

de:	Hans G. NILSSON, Conselheiro, Representação Permanente da Suécia junto da União Europeia
data de recepção:	3 de Abril 2009
para:	Javier SOLANA, Secretário-Geral/Alto Representante
N.º doc. ant.:	16288/03 COPEN 132 EJN 17 EUROJUST 20
Assunto:	Actualização das notificações e declarações suecas nos termos da Decisão-Quadro relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros

---

Senhor Secretário-Geral,

Junto se envia uma actualização das notificações e declarações suecas nos termos da Decisão-Quadro relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros.

(Fórmula de cortesia)

(a.) Hans G. NILSSON

---

**Informações actualizadas da Suécia**

Junto se envia uma actualização das notificações e declarações suecas nos termos do n.º 3 do artigo 6.º, do artigo 7.º, do n.º 2 do artigo 8.º, do n.º 4 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 25.º, do n.º 1 do artigo 27.º e do n.º 1 do artigo 28.º da Decisão-Quadro de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros.

**Artigo 6.º, n.º 3**

Na Suécia, são as seguintes as autoridades competentes para emitir e executar um mandado de detenção europeu:

*Autoridade judiciária de emissão*

O mandado de detenção europeu para efeitos de procedimento penal é emitido pelo procurador-público.

O mandado de detenção europeu para execução de uma pena de prisão ou de outra pena privativa de liberdade é emitido pela Direcção-Geral da Polícia Nacional (Rikspolisstyrelsen).

*Autoridade judiciária de execução*

As autoridades judiciárias de execução na Suécia são o procurador-público (åklagare) e os tribunais de direito comum.

A execução de um mandado de detenção europeu na Suécia obedece ao seguinte procedimento:

O mandado de detenção europeu deve ser enviado ao procurador-público competente.

Os pedidos formulados ao abrigo do n.º 4 do artigo 27.º ou do n.º 3 do artigo 28.º deverão ser enviados ao procurador-público responsável pela entrega da pessoa procurada.

Caso não seja claro qual o procurador-público a quem incumbe receber o mandado de detenção europeu, a informação pode ser obtida da Procuradoria-Geral, da Direcção-Geral da Polícia Nacional ou de um ponto de contacto da Rede Judiciária Europeia.

Office of the Prosecutor-General (Procuradoria-Geral)

International unit

Box 5553

114 85 STOCKHOLM

Tel: +46-8-453 66 00

Fax: +46-8-453 66 99

e-mail: [registrator.riksaklagaren@aklagare.se](mailto:registrator.riksaklagaren@aklagare.se)

National Police Board (Direcção-Geral da Polícia Nacional)

International Police Cooperation Division

Box 12256

102 26 STOCKHOLM

Tel: +46-8-401 37 00

Fax: +46-8-401 48 99

e-mail: [ipo.rkp@polisen.se](mailto:ipo.rkp@polisen.se)

É o tribunal de primeira instância que decide da entrega, a pedido do procurador-público. Esta decisão pode ser objecto de recurso para o Tribunal de Recurso e o Supremo Tribunal. Para o Supremo Tribunal é necessário apresentar requerimento de recurso. O mesmo procedimento é aplicável aos pedidos formulados ao abrigo do n.º 4 do artigo 27.º ou do n.º 3 do artigo 28.º.

Além do procedimento ordinário acima descrito, o procurador-público é competente para decidir não executar um mandado de detenção europeu se a autoridade judiciária de emissão não fornecer as informações necessárias para apreciar se o mandado de detenção europeu deve ser executado.

Todos os contactos e correspondência relativos a um processo de entrega ao abrigo de um mandado de detenção europeu são efectuados através do procurador-público ou de um agente policial que participe na investigação.

### **Artigo 7.º**

A Suécia utilizará o contacto directo entre as autoridades judiciárias em caso de transmissão e recepção de um mandado de detenção europeu. A autoridade central do Ministério da Justiça pode, no entanto, assistir as autoridades judiciárias competentes, a pedido destas.

Ministry of Justice (Ministério da Justiça)  
Division for Criminal Cases and International Judicial Cooperation (BIRS)  
Central Authority  
103 39 STOCKHOLM  
Tel: +46-8-405 10 00 (switchboard), +46-8-405 45 00 (office)  
Fax: +46-8-405 46 76  
e-mail: [birs@justice.ministry.se](mailto:birs@justice.ministry.se)

#### **Artigo 8.º, n.º 2**

A Suécia aceitará um mandado de detenção europeu redigido em sueco, dinamarquês, norueguês ou inglês ou um mandado de detenção acompanhado de tradução em qualquer destas línguas.

#### **Artigo 13.º, n.º 4**

O consentimento na entrega pode ser revogado pela pessoa cuja entrega é requerida, se o fizer antes de o tribunal ter tomado a sua decisão sobre a questão da entrega.

#### **Artigo 25.º, n.º 2**

A Direcção-Geral da Polícia Nacional é responsável pela recepção dos pedidos de trânsito e dos documentos necessários, bem como por qualquer outra correspondência oficial relacionada com os pedidos de trânsito.

#### **Artigo 27.º, n.º 1**

A Suécia não dá o consentimento previsto no n.º 1 do artigo 27.º para a instauração de procedimento penal, a condenação ou a detenção, por infracção praticada antes da entrega pela Suécia.

#### **Artigo 28.º, n.º 1**

A Suécia não dá o consentimento previsto no n.º 1 do artigo 28.º para a entrega de uma pessoa a outro Estado-Membro que não a Suécia por força de um mandado de detenção europeu emitido por uma infracção praticada antes da sua entrega pela Suécia.